

DECORBANHO, LDA

Condições Gerais de Venda

Versão 1.0 · em vigor desde 24 de setembro de 2026

DECORBANHO, LDA · NIPC 515 344 737

Avenida de Rendufe 310, 4720-032 Amares, Braga, Portugal

geral@decorbanho.pt · +351 253 792 700 · www.decorbanho.pt

01

Identificação e objeto

A DECORBANHO, LDA (adiante, «DECORBANHO») é uma sociedade por quotas com sede na Avenida de Rendufe 310, 4720-032 Amares, distrito de Braga, titular do número único de matrícula e de pessoa coletiva 515 344 737, cuja atividade consiste na comercialização de materiais de construção, de revestimento e de decoração, bem como na prestação dos serviços de aconselhamento técnico que lhes estão associados.

As presentes Condições Gerais de Venda estabelecem o regime que disciplina a aquisição de bens e serviços à DECORBANHO, quer as aquisições se realizem presencialmente no showroom de Amares, quer se concretizem por via telefónica, por correio eletrónico ou por qualquer outro meio de comunicação à distância acordado entre as partes.

O propósito deste documento é conferir transparência e previsibilidade à relação comercial, enunciando com clareza aquilo que o cliente pode legitimamente esperar da DECORBANHO e aquilo a que, reciprocamente, se vincula ao confirmar uma encomenda.

02

Âmbito, aceitação e hierarquia das cláusulas

Estas condições constituem cláusulas contratuais gerais, na aceção do Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, e regem a totalidade das relações estabelecidas entre a DECORBANHO e os seus clientes, salvo naquilo que tenha sido objeto de estipulação escrita em sentido diverso.

A confirmação de uma encomenda pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação integral do presente clausulado. A DECORBANHO assegura a sua comunicação atempada, disponibilizando-o de forma permanente e gratuita em www.decorbanho.pt e, mediante simples solicitação, em suporte de papel no seu estabelecimento.

Prevalência

Havendo divergência entre documentos, observa-se a seguinte ordem de precedência:

- as condições particulares reduzidas a escrito e subscritas por ambas as partes;
- o documento de confirmação de encomenda, com as respetivas especificações;
- as presentes Condições Gerais de Venda;
- as demais comunicações trocadas entre as partes.

Não são oponíveis à DECORBANHO quaisquer condições gerais de compra emitidas pelo cliente que não tenham merecido aceitação escrita e expressa, ainda que constem de nota de encomenda, de aviso de receção ou de documentação análoga.

Aviso: sempre que o cliente seja consumidor, na aceção do artigo 2.º da Lei n.º 24/96, de 31 de julho, as disposições deste documento cedem perante as normas imperativas de proteção do consumidor, que prevalecem em toda a extensão do que com elas seja incompatível.

03

Contactos e comunicações entre as partes

A DECORBANHO coloca à disposição dos seus clientes os seguintes canais de contacto:

Meio	Contacto
Telefone	+351 253 792 700 (chamada para a rede fixa nacional)
Correio eletrónico	geral@decorbanho.pt
Presencialmente	Avenida de Rendufe 310, 4720-032 Amares, Braga durante o horário de funcionamento do showroom
Correio postal	DECORBANHO, LDA — Avenida de Rendufe 310, 4720-032 Amares

Salvo indicação expressa em contrário, as comunicações relativas a encomendas em curso são dirigidas aos contactos facultados pelo cliente no momento da confirmação. Incumbe ao cliente comunicar prontamente qualquer alteração dos seus elementos de contacto; a DECORBANHO não responde pelas consequências decorrentes da desatualização desses elementos, designadamente pela impossibilidade de agendar ou de reagendar uma entrega.

04

Política de preços

Os preços exibidos em prateleira, em mostruário ou em ambiente técnico do showroom são preços de venda ao público, expressos em euros e com o imposto sobre o valor acrescentado já incluído à taxa legal em vigor.

A DECORBANHO emprega diligência permanente na verificação da exatidão dos preços praticados. Detetado um lapso manifesto de afixação ou de processamento, reserva-se a faculdade de o corrigir sem aviso prévio, não podendo tal erro, evidente para um declaratório normal, fundar a exigência de cumprimento nos termos incorretamente divulgados.

Folhetos promocionais, catálogos, revistas e demais publicações, em suporte físico ou digital, estão sujeitos a atualização de preço motivada por imposições de mercado, designadamente pela variação dos custos de matéria-prima, de energia ou de transporte. Relativamente aos artigos objeto de campanha, a DECORBANHO reserva-se o direito de fixar limites máximos de quantidade por cliente, de modo a assegurar a equitativa distribuição do stock disponível.

Estabilidade do preço contratado

O preço acordado em encomenda confirmada pelo cliente é integralmente respeitado, desde que, entre a apresentação da proposta e a confirmação da aquisição, não sobrevenha alteração do preço de compra praticado pelo fabricante ou pelo fornecedor que representa o produto.

A garantia enunciada no parágrafo anterior mantém-se válida enquanto o intervalo entre a data da encomenda e a data da entrega não exceder 60 dias consecutivos. Ultrapassado esse período por circunstâncias não imputáveis à DECORBANHO, poderá haver lugar à revisão do preço contratado, que será comunicada ao cliente com a antecedência possível, assistindo-lhe então a faculdade de manter a encomenda

nas novas condições ou de a resolver sem qualquer encargo, com integral restituição das quantias entregues.

Regimes especiais de imposto

A eventual aplicação de taxa reduzida de IVA a empreitadas de beneficiação, remodelação ou conservação de imóveis depende da verificação dos pressupostos legais previstos nas verbas aplicáveis da Lista I anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, cabendo ao cliente facultar os elementos comprovativos exigíveis. Na ausência desses elementos, aplica-se a taxa normal.

05

Orçamentos, propostas e aconselhamento técnico

Os orçamentos emitidos pela DECORBANHO têm natureza de proposta contratual e conservam validade durante o prazo neles expressamente indicado. Findo esse prazo sem aceitação, caducam, sem que daí decorra qualquer responsabilidade para a DECORBANHO.

As quantidades sugeridas em orçamento resultam das medições e das plantas facultadas pelo cliente ou pelo seu representante. Salvo quando a medição tenha sido executada pela DECORBANHO no local, a exatidão dessas medidas é da responsabilidade de quem as forneceu.

Recomenda-se, em matéria de pavimentos e revestimentos cerâmicos ou de pedra natural, a previsão de uma margem adicional para cortes, remates e futuras substituições pontuais, habitualmente situada entre 5% e 10% da área a aplicar, percentagem que deverá ser majorada em assentamentos na diagonal, em espinha ou em formatos de grande dimensão. Esta margem é uma recomendação técnica e não uma imposição.

O aconselhamento prestado pela DECORBANHO assenta na informação técnica disponibilizada pelos fabricantes e na experiência acumulada da sua equipa. Não abrange, salvo contratação autónoma e escrita, a conceção do projeto, o dimensionamento estrutural, a fiscalização da obra ou a execução dos trabalhos de aplicação.

06

Formação e confirmação da encomenda

Compete ao cliente indicar à DECORBANHO as referências e as quantidades que pretende adquirir. A DECORBANHO reserva-se a faculdade de solicitar a confirmação desses elementos por escrito ou por correio eletrónico, em ordem a prevenir equívocos.

As condições de venda são acordadas entre a DECORBANHO e o cliente, registadas no seu sistema de informação e transcritas para o documento de encomenda.

As condições comerciais e financeiras dos clientes titulares de conta-corrente são negociadas casuisticamente, entrando em vigor após validação pelo gestor de conta e confirmação pelo cliente. Tais condições poderão ser revistas caso as circunstâncias de mercado o imponham ou caso o cliente incumpra as obrigações a que se vinculou.

Momento da formação do contrato

A encomenda considera-se definitiva com a confirmação cumulativa das referências, das quantidades, das condições de pagamento e da data e local de entrega.

- Na venda presencial, o documento de confirmação é assinado pelo cliente, que fica desse modo vinculado ao preço, à forma de pagamento e ao método de entrega propostos pela DECORBANHO. É-lhe entregue uma cópia, permanecendo o original no arquivo central da DECORBANHO.
- Na venda não presencial, o documento é remetido por correio eletrónico. A resposta afirmativa do cliente, manifestando concordância com os seus termos, produz idêntico efeito vinculativo.

A perfeição do contrato fica ainda dependente da boa cobrança do adiantamento previsto no documento de confirmação, podendo o cliente, em alternativa, optar pelo pagamento integral, que produz o mesmo efeito.

07

Alteração e anulação da encomenda

O documento de confirmação identifica inequivocamente os artigos insuscetíveis de anulação e aqueles cuja anulação depende de aprovação prévia, segundo as modalidades adiante enunciadas no capítulo relativo a devoluções.

Casos de irreversibilidade

A encomenda confirmada não admite alteração nem anulação quando:

- o produto já tenha sido expedido pela fábrica ou pelo armazém da DECORBANHO;
- o processo de fabrico ou a aquisição dos respetivos componentes já se tenha iniciado em fábrica;
- se trate de artigo produzido por medida, personalizado ou claramente adaptado às especificações do cliente;
- o artigo esteja sujeito a corte, calibragem, retificação ou outra transformação necessária à sua comercialização, e esse processo já tenha tido início.

Anulação automática

A encomenda confirmada é automaticamente anulada:

- perante incumprimento do cliente emergente de contratos anteriormente celebrados;
- sempre que a conduta do cliente revele o propósito de lesar material ou reputacionalmente a DECORBANHO.

Efeitos patrimoniais

O adiantamento entregue, parcial ou integral, é restituído ao cliente sempre que a anulação não lhe seja imputável. A DECORBANHO reserva-se a faculdade de reter as quantias correspondentes aos custos efetivamente suportados com o processo de anulação, designadamente encargos de fabrico iniciado, de transporte já contratado ou de armazenamento.

A recusa injustificada de receção da encomenda determina a suspensão da devolução das quantias previamente pagas até à conclusão da análise da recusa, ponderando-se nessa apreciação os custos de manuseamento e de transporte suportados.

Condições de entrega e receção

As encomendas são entregues na morada indicada pelo cliente no ato da confirmação. As datas de entrega são as constantes do documento de compra, sendo passíveis de revisão sempre que, no decurso da execução, ocorram situações de força maior ou outras circunstâncias não imputáveis à DECORBANHO que obstem ao cumprimento da data acordada. Verificando-se tal revisão, a DECORBANHO comunica-a ao cliente, por telefone ou por correio eletrónico, logo que dela tenha conhecimento.

Os atrasos sobre as datas indicadas não conferem ao cliente o direito de exigir indemnização por lucros cessantes, nem por danos diretos ou consequentes, sem prejuízo dos direitos que a lei imperativamente lhe reconheça, designadamente a faculdade de fixar um prazo suplementar razoável e, findo este sem cumprimento, de resolver o contrato.

Horário e agendamento

Período	Horário de entrega
Segunda a sexta-feira	09h00 às 18h30
Sábado	09h00 às 12h30
Domingos e feriados	Sem serviço de entrega

Não dispondo o cliente de disponibilidade para rececionar a mercadoria na data prevista, obriga-se a comunicá-lo à DECORBANHO até às 18h30 do dia anterior, procedendo-se ao agendamento de nova data.

Local e condições materiais da entrega

As entregas são efetuadas ao nível do rés-do-chão, junto ao acesso da porta principal da morada indicada. A DECORBANHO poderá recusar a entrega quando as condições de acessibilidade, de segurança ou de manobra do veículo o não permitam, ou quando a sua realização implique risco para pessoas ou bens.

Os custos de transporte associados à entrega constam sempre do documento de compra que acompanha a mercadoria. Recorrendo-se a empresa transportadora, será esta a contactar o cliente para confirmação da data e da hora.

Conferência no momento da entrega

Incumbe ao cliente, ou a quem o represente, verificar no ato da entrega o estado e a quantidade da mercadoria. A conferência é formalizada mediante aposição de assinatura legível no triplicado do documento de compra que acompanha os bens.

As reclamações apresentadas após a confirmação do bom estado da mercadoria serão objeto de apreciação casuística, reservando-se a DECORBANHO a faculdade de as recusar no que respeite a quantidades e a danos aparentes. Recomenda-se vivamente que qualquer desconformidade visível seja exarada, por escrito, no próprio documento de entrega, antes da assinatura.

Levantamento em loja

Optando o cliente pelo levantamento em loja, é-lhe enviada mensagem escrita com o período estimado de espera para disponibilização em armazém.

Decorridos 30 dias consecutivos sobre a data confirmada sem que o levantamento se concretize, assiste à DECORBANHO o direito de libertar integralmente a reserva e de destinar os produtos a venda corrente, regime igualmente aplicável às encomendas cujo transporte lhe competia e cuja entrega não tenha sido possível por facto imputável ao cliente. Nessa eventualidade, e sem prejuízo dos direitos imperativos do consumidor, a DECORBANHO reserva-se a faculdade de fazer suas as quantias pagas a título de compensação pelos encargos de reserva, de armazenamento e de imobilização de stock.

09

Pagamento, mora e reserva de propriedade

Os pagamentos podem ser realizados por qualquer dos meios correntes admitidos pela legislação portuguesa, designadamente numerário, dentro dos limites legalmente estabelecidos, cartão de débito ou de crédito, transferência bancária e referência multibanco.

A entrega dos artigos apenas se efetiva após confirmação da boa cobrança das quantias devidas. O recibo de quitação é emitido na sequência da conclusão do pagamento.

Mora

O incumprimento dos prazos de pagamento acordados confere à DECORBANHO o direito de exigir juros de mora, calculados à taxa legal aplicável desde a data de vencimento e até efetivo e integral pagamento. Tratando-se de transação comercial entre empresas, aplica-se o regime do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio, incluindo a taxa de juro comercial semestralmente divulgada e a indemnização mínima aí prevista pelos custos de cobrança. Sendo o cliente consumidor, observa-se a taxa de juro legal civil.

A existência de divergências entre as partes emergentes de outros fornecimentos, ainda que concluídos, não constitui, em caso algum, causa justificativa do não pagamento das quantias vencidas, ficando vedada a compensação unilateral de créditos não reconhecidos.

Reserva de propriedade

Nos termos e para os efeitos do artigo 409.º do Código Civil, a DECORBANHO conserva a propriedade e a titularidade dos produtos fornecidos até ao integral pagamento do preço acordado. A transferência do risco de perda ou deterioração opera, contudo, com a entrega material dos bens ao cliente ou a quem por ele seja indicado, sem prejuízo do disposto em matéria de contratos celebrados com consumidores.

10

Política de devoluções

O documento de confirmação de encomenda identifica, artigo a artigo, o regime de devolução aplicável, de acordo com as seguintes modalidades:

Código

Modalidade

[1]	Artigo sem devolução
[2]	Devolução sujeita a aprovação prévia
[3]	Devolução aceite até 30 dias, na embalagem original
[4]	Devolução aceite até 90 dias (taras e paletes)
[5]	Devolução aceite até 15 dias, na embalagem original

Situações excluídas

Independentemente da modalidade atribuída, a DECORBANHO reserva-se a faculdade de recusar a devolução quando:

- o artigo não preserve as condições originais de embalamento;
- o artigo apresente sinais de utilização, ainda que momentânea;
- o artigo já tenha sido aplicado ou instalado;
- se trate de produto de lote cujo lote deixou de ter continuidade de stock;
- se verifique inconformidade quanto à validade do produto;
- a venda tenha obedecido a critério de corte de quantidade para satisfação da encomenda;
- se trate de tintas, argamassas, colas, vedantes ou outros produtos químicos que tenham sido objeto de manipulação, afinação de cor ou abertura de embalagem.

Encargos e reembolso

Em situação de devolução por conveniência do cliente, as despesas de transporte e de manuseamento correm por sua conta. O valor da devolução é creditado na respetiva conta-corrente. Pode o cliente optar pela restituição imediata em numerário, sendo-lhe então debitados os encargos de expedição e demais custos incorridos nos casos em que, por condições especiais de venda, o custo de transporte e entrega não lhe tenha sido originalmente cobrado.

As regras deste capítulo respeitam a devoluções por conveniência do cliente, que constituem uma cortesia comercial da DECORBANHO. Não se confundem nem prejudicam, em circunstância alguma, os direitos legais de conformidade e de livre resolução tratados nos capítulos 12 e 13.

11

Particularidades dos materiais cerâmicos e da pedra natural

Os materiais cerâmicos, a pedra natural e os aglomerados de quartzo apresentam variações que lhes são inerentes e que não configuram defeito. A sua natureza recomenda cuidados específicos, que abaixo se explicitam em benefício do cliente.

Tonalidade e calibre

A tonalidade e o calibre podem divergir entre lotes de fabrico distintos. Recomenda-se, por isso, a aquisição integral do material necessário à obra numa única encomenda, assegurando a homogeneidade do conjunto. Sendo necessário reforço posterior, a DECORBANHO diligenciará no sentido de obter material do mesmo lote, sem que possa garantir a sua disponibilidade.

A reclamação fundada em desconformidade de tonalidade ou de calibre apenas é admissível enquanto o material não tiver sido aplicado. A aplicação do material vale como aceitação das suas características aparentes, pelo que se recomenda a conferência cuidada antes do início dos trabalhos de assentamento.

Amostras e mostruário

As amostras, os expositores e as reproduções fotográficas constantes de catálogos e do sítio institucional possuem valor meramente indicativo. Variações de cor, de veio, de textura e de brilho relativamente ao material efetivamente fornecido são próprias destes produtos, em especial na pedra natural, cuja irregularidade constitui atributo e não deficiência.

Quebras

São admitidas as reclamações por quebra de material cerâmico, com a correspondente devolução, desde que o material seja restituído à DECORBANHO dentro da embalagem inviolada. Aberta a embalagem, reserva-se a DECORBANHO a faculdade de recusar a devolução do artigo.

Aplicação

A correta escolha de argamassas, de colas, de juntas e de sistemas de impermeabilização, bem como a observância das prescrições de assentamento, de dilatação e de cura indicadas pelo fabricante, são determinantes para o desempenho e a durabilidade do material. A DECORBANHO não responde por patologias resultantes de aplicação deficiente, de preparação inadequada do suporte, de utilização de produtos incompatíveis ou de inobservância das fichas técnicas.

12

Conformidade, garantias e serviço pós-venda

Todos os produtos comercializados pela DECORBANHO beneficiam do regime legal de conformidade estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2019/771, e pela Lei n.º 24/96, de 31 de julho.

Sendo o comprador consumidor, o prazo de responsabilidade do profissional pela falta de conformidade dos bens móveis é, nos termos daquele diploma, de três anos a contar da entrega. Nas relações entre empresas vigoram os prazos e o regime supletivo do Código Civil, salvo convenção escrita em contrário.

Os termos concretos da garantia comercial eventualmente prestada pelo fabricante, quando exista e acresça à garantia legal, constam dos documentos e das fichas técnicas que acompanham o produto.

Ativação do pós-venda

Verificando-se avaria ou desconformidade, a reclamação deve ser dirigida à DECORBANHO por escrito ou, preferencialmente, presencialmente, fazendo-se o cliente acompanhar do documento de compra. A ocorrência é registada digitalmente, sendo entregue ao cliente o documento resultante desse registo, devidamente preenchido, numerado e subscrito por ambas as partes.

Compete ao cliente entregar o artigo nas instalações da DECORBANHO, para subsequente remessa à fábrica ou ao posto de assistência designado pelo fabricante. Tratando-se de artigo volumoso ou já instalado, deverá o cliente facultar ao fabricante, ou a quem o represente, o acesso ao local onde o produto se encontra.

Não são imputáveis à DECORBANHO os danos patrimoniais ou de outra natureza decorrentes da intervenção do fabricante, ou de quem o represente, no local de instalação do produto.

O acionamento da garantia legal é válido nos Estados-Membros da União Europeia.

13

Direito de livre resolução nas vendas à distância

Celebrando-se o contrato à distância ou fora do estabelecimento comercial, assiste ao cliente consumidor o direito de livre resolução, sem necessidade de indicação de motivo e sem encargo, no prazo de 14 dias a contar da data em que adquira a posse física do bem, nos termos do Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro.

O exercício deste direito faz-se mediante declaração inequívoca dirigida à DECORBANHO por qualquer dos meios de contacto indicados no capítulo 3, podendo o consumidor recorrer ao formulário de livre resolução anexo àquele diploma.

Exercido tempestivamente o direito, a DECORBANHO restitui as quantias recebidas no prazo legal, suportando o consumidor o custo da devolução do bem. Tratando-se de bem volumoso, cuja restituição por via postal não seja praticável, o custo é estimado e comunicado previamente.

Exceções legais

O direito de livre resolução não é oponível, entre outros casos previstos na lei, a bens confeccionados segundo especificações do consumidor ou manifestamente personalizados, a bens suscetíveis de deterioração ou de expiração rápida, e a bens que, pela sua natureza, tenham sido inseparavelmente misturados com outros após a entrega.

14

Documentação técnica e desempenho dos produtos

Os produtos de construção comercializados pela DECORBANHO que se encontrem abrangidos por norma harmonizada são acompanhados da respetiva declaração de desempenho e ostentam a marcação CE, em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 305/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011.

As fichas técnicas, as declarações de desempenho e, quando aplicável, as fichas de dados de segurança são facultadas ao cliente mediante solicitação, competindo-lhe verificar a adequação do produto ao uso pretendido, designadamente quanto a resistência ao escorregamento, resistência à abrasão, absorção de água, resistência ao gelo e aptidão para utilização em espaços exteriores ou de tráfego intenso.

As características declaradas reportam-se a condições normalizadas de ensaio. A DECORBANHO presta o aconselhamento ao seu alcance, mas não substitui o projetista, o dono de obra ou o aplicador na escolha final do material.

15

Força maior

Não é imputável às partes o incumprimento ou o cumprimento defeituoso que resulte de circunstância imprevisível e alheia ao seu domínio, designadamente catástrofe natural, incêndio, inundação, epidemia, conflito armado, ato de autoridade pública, greve geral ou setorial, rutura generalizada de cadeias de abastecimento, falha prolongada de fornecimento energético ou avaria grave de infraestrutura de comunicações.

A parte afetada comunica à outra, logo que possível, a ocorrência e a previsão da sua duração. Persistindo o impedimento por período superior a 90 dias, qualquer das partes pode resolver o contrato, sem direito a indemnização, restituindo-se as prestações efetuadas.

16

Proteção de dados pessoais

A DECORBANHO assegura que os dados pessoais dos seus clientes são tratados exclusivamente no âmbito da gestão da relação comercial, incluindo orçamentação, execução de encomendas, entrega, faturação, serviço pós-venda, reparação, gestão de sugestões e reclamações e registo para validação de garantias comerciais. A concretização destas finalidades pode implicar a transmissão de dados a prestadores de serviços, designadamente transportadoras e assistências técnicas, os quais ficam contratualmente vinculados a idêntico dever de proteção.

Para finalidades distintas da gestão de clientes, a recolha e o tratamento dependem de consentimento expresse, livre, específico e informado, revogável a todo o tempo.

Os dados são conservados em base de dados cifrada, observando as boas práticas de segurança digital, e o respetivo acesso está reservado a colaboradores expressamente acreditados.

A DECORBANHO atua no estrito cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016, e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto. Informação detalhada sobre categorias de dados, fundamentos de licitude, prazos de conservação e exercício dos direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação, portabilidade e oposição consta da Política de Privacidade e de Cookies, disponível em www.decorbanho.pt.

17

Reclamações e resolução de litígios

A DECORBANHO privilegia a resolução direta e célere de qualquer diferendo. As reclamações podem ser apresentadas por qualquer dos meios enunciados no capítulo 3 e são objeto de resposta fundamentada.

Encontra-se disponível, no estabelecimento e em formato eletrónico, o Livro de Reclamações, nos termos do Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, acessível igualmente em www.livroreclamacoes.pt.

Em caso de litígio de consumo, e nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, o consumidor pode recorrer a entidade de resolução alternativa de litígios de consumo. Para a área geográfica em que a

DECORBANHO exerce a sua atividade releva o CIAB — Tribunal Arbitral de Consumo, com sede em Braga. Existe ainda o Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo, de competência nacional e supletiva. A lista atualizada das entidades inscritas encontra-se disponível em www.consumidor.gov.pt.

18

Lei aplicável, foro e disposições finais

As presentes condições regem-se pela lei portuguesa.

Para a resolução de qualquer questão emergente da relação contratual é competente o foro da comarca de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. Sendo o cliente consumidor, mantém-se integralmente aplicável o regime legal de competência territorial que lhe seja mais favorável, designadamente o do tribunal do seu domicílio, não lhe sendo oponível a presente convenção de foro.

Invalidade parcial

A eventual declaração de nulidade, de invalidade ou de ineficácia de qualquer cláusula deste clausulado não afeta as demais, que se mantêm em pleno vigor, substituindo-se a disposição afetada por outra que, sendo válida, melhor corresponda ao intento económico das partes.

Tolerância

A tolerância ou o não exercício, por qualquer das partes, de direitos que lhe assistam ao abrigo do presente clausulado não implica renúncia a esses direitos, nem constitui precedente invocável em situações futuras.

Revisão

A DECORBANHO reserva-se o direito de rever estas condições sempre que tal se justifique, designadamente por alteração legislativa, evolução da sua oferta ou reorganização dos seus procedimentos. A versão em vigor, com indicação da respetiva data, está permanentemente disponível em www.decorbanho.pt. Às encomendas já confirmadas aplica-se a versão vigente à data da confirmação.

DECORBANHO, LDA · NIPC 515 344 737 · Avenida de Rendufe 310, 4720-032 Amares, Braga · geral@decorbanho.pt · +351 253 792 700 ·
Versão 1.0, 24 de setembro de 2026